

EDITORIAL

Cara/os Leitoras/es,

Nesta segunda edição, Triálogos Feministas convida vocês a uma reflexão sobre as eleições gerais, que levaram à presidência da República Luis Inácio Lula da Silva, eleito com 53 milhões de votos. A eleição de Lula tem sido lida como um dos maiores fenômenos eleitorais de todos os tempos, não só para o Brasil, mas também pelo que representa dentro do atual panorama internacional. Foi considerada, como ele bem quis mostrar durante a campanha, a vitória da esperança contra o medo. Felizes estão todas/os que participaram dessa longa caminhada.

Esta também foi uma eleição marcada pela presença das mulheres, tanto no eleitorado como na disputa por cargos eletivos, que amplia a cada pleito. É a primeira vez também que um Ministério conta com a participação de três mulheres e de negras/os. Sinal dos tempos? A que outros sinais devemos estar atentas/os?

Passadas todas as possíveis e justas comemorações, é chegado o momento de refletir sobre esse fato (já) histórico, de arregañar as mangas e se debruçar sobre os novos desafios que se colocam para os movimentos sociais e para aquelas/es que desejam fazer deste país uma democracia plena, com justiça econômica e justiça social. Pois, se é fato que a população foi às ruas pelo desejo de mudança, também é fato que o momento atual exige uma participação cada vez maior da sociedade organizada nos espaços de proposição, de decisão e no controle social.

A leitura pós-eleições que se apresenta aqui – como não poderia deixar de ser – traz um enfoque feminista. Para este debate, convidamos a socióloga e coordenadora do CFÊMEA, Guacira Cesar de Oliveira, a cientista política Cristina Buarque e a socióloga e coordenadora geral do SOS CORPO, Maria Betânia Ávila.

O momento de lançar esta edição não poderia ser mais propício: passada a posse do novo presidente, realizou-se o III Fórum Social Mundial, que reuniu mais uma vez em Porto Alegre a sociedade civil interplanetária, e contou com a ampliação da participação feminista; e também após contarmos com a presença do sociólogo português Boaventura de Souza Santos no Recife. Ele que tem sido um dos principais defensores da participação popular como mola propulsora de uma democracia verdadeiramente radical. São momentos especiais, que alimentam a nossa ação política cotidiana, como esperamos que esse novo número dos Triálogos venha fazer também.



*Carla Batista, Márcia
Larangeira, Simone
Ferreira e Solange Rocha – equipe do Projeto Mulher e
Política*



AS MULHERES E OS DESAFIOS DA VITÓRIA DE LULA

Guacira Cesar de Oliveira

O contexto pós-eleitoral coloca algumas questões urgentes para o movimento de mulheres, que eu tentarei debater aqui. Segundo o sociólogo Francisco de Oliveira, a vitória de Lula é uma espécie de refundação do Brasil, um marco comparável apenas a outros três momentos históricos: a Abolição, a Proclamação da República e a Revolução de 30¹. E quando a gente pensa naqueles anos de tantas mudanças, imediatamente vem à tona a luta e a conquista, pelo movimento sufragista, do voto feminino, em 1932. Na conjunção de forças que produziram as mudanças substantivas daquela época, lá estavam as mulheres. Sete décadas depois, nós também somos atores políticos de uma mudança de rumos no País.

¹ Entrevista de Francisco Oliveira aos repórteres Sílvia Colombo e Rafael Cariello, da Folha de São Paulo, publicada na edição de 29 de outubro de 2002, Caderno Especial – Eleições 2002, página 12, sob o título “Lula é a refundação do Brasil, diz sociólogo”.

A vitória de Lula abre a possibilidade de um exercício ético do poder de Estado. Prenuncia, também, a conformação de uma governabilidade orientada para a promoção da igualdade e da justiça, para o respeito à diversidade e para a afirmação da participação popular. Essas novas possibilidades só foram abertas porque a sociedade brasileira mudou. Os resultados da eleição 2002 revelam que nossa sociedade é hoje mais democrática. Que ocorreu, de fato, uma mudança de mentalidade e de valores numa significativa parcela da população. Ao conformismo, que marcou de maneira tão forte os últimos quatro anos da política nacional, contrapôs-se a força da indignação, expressa na surpreendente vitória obtida pela oposição em 6 de outubro e na vitória de Lula no segundo turno. Nas eleições para as Câmaras Federal e Estaduais e para o Senado, o eleitorado também fez o que pôde e mudou a correlação de forças político-partidárias.

Mulheres ocupando e construindo novos espaços políticos

As mulheres, por sua vez, não mediram esforços. As candidaturas femininas aumentaram em 50% desde a última eleição em 1998. O eleitorado respondeu bem e as mulheres conseguiram preencher espaços importantes, obtendo votações muito expressivas. Em 13 estados, candidaturas femininas angariaram o primeiro e o segundo lugar nas eleições ao Senado e à Câmara. O desequilíbrio de gênero no Poder Legislativo ficou, portanto, atenuado.

Mas a vontade política das mulheres não foi canalizada somente para os partidos. Nestas eleições, a capacidade dos movimentos de mulheres e feministas de se posicionar e se responsabilizar pelas transformações almejadas aconteceu com bastante antecedência e muita firmeza. Todas nós participamos ativamente da construção coletiva da Plataforma Política Feminista e da realização da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. O processo demandou a organização de 26 conferências estaduais e de 20 lançamentos da Plataforma, gerando um debate intenso que renovou nossa agenda como movimento social e nos fortaleceu como sujeitos políticos.



O clamor por mudanças

A vitória de Lula, certamente, irá trazer muitas mudanças para o País, mas não serão poucas as dificuldades no futuro. Ao contrário de Fernando Henrique, Lula não contará com ampla maioria no Congresso Nacional para implementar suas reformas. Os partidos de esquerda e o PL têm apenas 33% das cadeiras no Senado e 37% na Câmara. Esses números revelam instantaneamente a dimensão do desafio: ou se negocia, ou não se governa. Durante os últimos oito anos, a política do “é dando que se recebe” garantiu uma ampla margem de manobra ao Executivo. O presidente mandava as medidas provisórias ao Congresso para aprovação e, sempre que havia dificuldades, entrava-se no jogo da corrupção. Manter essa política é eticamente insustentável para o novo governo que assumirá em janeiro. Por isso, a relação entre o Executivo e o Legislativo promete ser tensa.

Entretanto, a matemática nem sempre é exata em política. A baixa representação no Senado e na Câmara não significa que o apoio às mudanças vai ser sempre tão reduzido. Existem desacordos no bloco da elite que podem jogar a favor do novo governo. Sarney e Antônio Carlos Magalhães, por exemplo, apoiaram a candidatura Lula por dissensos com as forças políticas tradicionalmente aliadas. Esse tipo de “fuga política” não é um fenômeno novo nem inesperado. No contexto atual, ele tem a ver com as profundas transformações que ocorreram no País na última década, acompanhando a acelerada implantação do neoliberalismo. Com as privatizações, parte substantiva do PIB saiu da mão do Estado e foi para a iniciativa privada, sem que se alterasse a estrutura concentradora de riqueza. Cerca de 20% do PIB foi vendido pelo Estado às grandes transnacionais. Esta nova composição gerou conflitos no interior da própria elite. O apoio de Sarney e de ACM à candidatura de Lula tem origem nestes conflitos. Basta lembrar que ACM, assim como Jader Barbalho, passaram pelo que parecia impensável: tiveram de fugir de uma cassação que seria feita pelos seus pares, no Senado da República.

O clamor por mudanças é evidente. Entretanto, é bom não perder de vista as permanências. Existe ainda um Brasil patrimonialista, oligárquico, racista, sexista que quer manter e ampliar seus privilégios, a custo da exclusão da maioria. Apesar da forte vontade política para conduzir o país por um outro caminho, o peso da história limita consideravelmente a agilidade política. Ponderados o clamor pela mudança e o peso da história, a luta do movimento de mulheres, dos movimentos sociais e das forças políticas comprometidas com a mudança deve voltar-se para a inversão de sentido. Da concentração para a distribuição de riquezas. Da exclusão para a promoção da justiça social. Da discriminação para a igualdade. Isto porque a ruptura que Lula e seus aliados prometeram não está dada. Sua realização tem possibilidades e limites.

Dificuldades aparte, a eleição de Lula deu uma verdadeira injeção de auto-estima ao povo brasileiro. Rompendo com o conformismo e a apatia de anos atrás, a sociedade sente-se agora *empoderada* para ser ator de sua história. O País é a décima economia do mundo, mas situa-se na periferia do sistema internacional, o que torna o Brasil extremamente vulnerável e sem autonomia. Com o legado de uma dívida pública sem precedentes, representando aproximadamente $\frac{3}{4}$ do PIB, e cujos serviços sugam uma parte considerável das receitas federais, o orçamento público para 2003 está de pés e mãos atadas. Essa situação ainda está inscrita num



contexto internacional de crise econômica e política do sistema, que afeta a Europa, o Japão e os EUA, dando contornos mais sérios aos nossos problemas. Entretanto, chegamos ao final de 2002 em meio a um furacão político. E, embora suas dimensões ainda não estejam claramente definidas, acontecem novos avanços a cada dia. É, de fato, a esperança vencendo o medo, embora novas batalhas estejam sendo travadas a toda hora.

Democracia radical e o papel da mulheres

Para sustentar as mudanças almejadas, vai ser fundamental a existência de uma base política organizada, motivada e capaz de dar conta dos desafios que virão. Pela primeira vez no País, estamos diante da possibilidade de uma democracia radical, onde a participação irá ser parte integrante da definição e implementação das estratégias e linhas de desenvolvimento. E nós mulheres temos um papel fundamental a cumprir pois somos maioria nos espaços de democracia participativa neste País.

A cúpula do governo eleito está montando a composição política que sustentará o novo presidente. A organização da transição e de um Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é operação extremamente complexa. Os espaços criados nesse momento e no futuro reunirão, certamente, um espectro amplo de posições contraditórias e de estratégias políticas diversas que, espera-se, tenham em comum a intenção de superar certas injustiças. Entretanto, é necessário que desde o começo esteja presente o compromisso com o reconhecimento das diferenças e com o combate às práticas, discursos e representações sociais que discriminam e oprimem segmentos da sociedade.

No cenário em que vai se esboçando a construção do novo pacto social (o futuro Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social), os atores são, em sua maioria, homens brancos. Entre empresários, sindicalistas, evangélicos, católicos e gente do terceiro setor, vê-se o pequeno quinhão reservado aos movimentos sociais, onde as mulheres negras e feministas estão presentes. Para além da classe trabalhadora e do empresariado, dos trabalhadores rurais e do latifúndio, há novos sujeitos políticos em cena. Os movimentos de mulheres e feministas, o movimento negro, o movimento pacifista, o movimento de gays, lésbicas e travestis e o movimento ecológico são alguns deles. Retomando nossa discussão inicial, é impossível refundar o Brasil sem reconhecer esses novos sujeitos.

Eu acredito que é hora agora da gente trabalhar para a mobilização da sociedade, de fortalecer a nossa capacidade de mudar a nossa realidade rumo à democracia e à justiça, de alimentar o nosso sentimento de poder que emana no exercício ativo da cidadania. Tenho certeza que o futuro vai nos exigir mais do que alterar a composição político-partidária no Estado, bem mais que eleger um programa político e rejeitar outro. Exige-se dos movimentos de mulheres e dos movimentos sociais de uma maneira geral, a necessária preservação da nossa autonomia frente ao governo. Como diz Francisco de Oliveira, por quem eu comecei esta conversa, a gente tem que manter autonomia para poder pôr o acento na igualdade, para poder retirar todas as discriminações e introduzir as classes populares nas instituições mais importantes.





CFEMEA de Brasil

*Guacira Cesar é socióloga e
diretora colegiada do*



ALGUNS SIGNIFICADOS DAS ELEIÇÕES 2002

Maria Betânia Ávila

Antes de tudo, quero chamar a atenção para a importância de estarmos aqui, discutindo o contexto pós-eleição 2002. É muito cedo para apreender tudo que está acontecendo. Ainda estamos tomadas pelo sentimento de alegria e não conseguimos exprimir tanta emoção. Minha contribuição ao debate irá se resumir a comentários sobre alguns pontos que me parecem especialmente merecedores da nossa reflexão. Questões relevantes para um momento em que é preciso pensar o futuro mas também refletir sobre o passado.

Espelho nosso

Uma transformação simbólica cujo significado mal conseguimos imaginar. Essa foi a primeira e a maior das transformações evidenciadas pela vitória de Lula. Tal mudança significa que temos, hoje, uma sociedade mais politizada e que superou uma importante dimensão de preconceito. Nas derrotas de 89, 94 e 98, os conservadores usaram o preconceito como uma arma contra a eleição de Lula. Em 2002, eles tentaram de novo, porém, Lula recebeu mais de 50 milhões de votos para governar o País. O conservadorismo, a visão senhorial que prevaleceu durante séculos no Brasil sofreu um golpe fatal.

Eu acredito que a transformação simbólica vai gerar muitas outras mudanças de ordem simbólica e subjetiva. Mudanças, inclusive, na identidade das pessoas. Afinal, o povo nunca se viu refletido no poder e, de uma hora para outra, passa a se reconhecer no seu governante máximo. Essa é uma questão fundamental para a construção da própria identidade. Até agora, o poder sempre foi de um outro, com o qual a maioria da população nunca se identificou. Pelo contrário, ela sempre se percebeu como hierarquicamente subordinada a esse outro. Eu não sei o que essa mudança irá trazer como resultado objetivo para o governo Lula. Entretanto, o fato dele ter se eleito constitui, em si, uma ruptura que demorou quinhentos anos a acontecer.

Outro aspecto importante no contexto pós-eleição tem sido a mudança nos temas que estão na mídia e que, portanto, circulam entre a população. Parece que nós saímos da discussão monotemática sobre o mercado, o FMI e os organismos internacionais e passamos a falar também sobre a fome, a desigualdade e a negociação. Em artigo publicado na Folha de São Paulo, a filósofa Marilena Chauí¹ afirmou que essa é a mudança mais simbólica do período. A autora localiza o exato momento da inflexão numa entrevista de Lula ao Jornal Nacional da Rede Globo, na noite do 28 de outubro de 2002. Naquela ocasião, os jornalistas perguntaram a Lula como iria enfrentar as questões do mercado e dos organismos internacionais. O presidente eleito respondeu com outra pergunta: *“Vocês não têm outros assuntos? Cadê a fome, o desemprego, a miséria, a desigualdade social?”*. Eu acredito que naquele momento Lula definia uma nova agenda para discussão na mídia, na esfera pública e na sociedade brasileira.

¹. “A mudança a caminho”. Editora Opinião, página A3, Folha de São Paulo, nov. 3 2002.



Repercussões

A eleição de 2002 aconteceu num contexto internacional extremamente difícil. Nos Estados Unidos, os republicanos venceram amplamente nas eleições ao parlamento e conseguiram o governo de muitos estados americanos. Com isso, Bush saiu reforçado no seu país e vive nos ameaçando com uma nova guerra contra o Iraque, que traria graves consequências políticas, humanistas e econômicas, além de criar mais dificuldades no cenário internacional.

Por outro lado, Lula está recebendo comoventes manifestações de apreço de chefes e ex-chefes de Estado. Para alguns analistas internacionais, a vitória de Lula expande as possibilidades de enfrentamento do modelo de globalização. Isto porque os organismos internacionais e o mercado financeiro não conseguiram definir o rumo das eleições no Brasil, apesar da enorme pressão que exerceram.

O que aconteceu no Brasil é importante para nós, mas não podemos olhar para essas mudanças de uma maneira auto-referente. Precisamos pensar, em primeiro lugar, qual é o significado da vitória de Lula para os diversos países da América Latina, como ela irá repercutir no Mercosul e nas negociações da ALCA. Devemos pensar, também, na União Européia, na África e na Ásia. Não quer dizer que, a partir de agora, o Brasil vai ser o país mais importante em termos de estratégias internacionais. Apenas que é necessário pensar a questão nacional no contexto internacional. Afinal, a luta contra a desigualdade, contra a dominação financeira, capitalista e exploradora é hoje uma luta globalizada.

O papel da sociedade civil

Não devemos pensar que, com a vitória de Lula, a importância da sociedade civil organizada diminui. Pelo contrário, ela aumenta. Sabemos que os desafios serão enormes. Somos o país com a segunda maior concentração de renda do mundo e nossa situação social é muito grave. O governo de Lula vai precisar das duas dimensões que a sociedade civil organizada produz: a dimensão crítica e a dimensão do apoio. Ou seja, o apoio não pode ser feito sem a dimensão crítica.

Nesse sentido, a criação de um novo espaço de diálogo entre a sociedade civil e o governo – o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – merece alguns comentários. Em primeiro lugar, o Conselho mostra a heterogeneidade da sociedade civil. Nós temos tendência a pensar que a sociedade civil organizada é sempre de esquerda ou progressista. Ora, ela inclui setores em conflito por interesses bastante diferentes e esses setores estão representados no Conselho. Lula se coloca como um negociador que vai possibilitar a criação de pactos. Mas os pactos não se fazem sem conflitos nem sem o estabelecimento de uma ordem de prioridades.

Um passo importante para o movimento de mulheres será a confirmação da nossa presença no Conselho. Curiosamente, já começaram as críticas a esse espaço. De certo modo isso é bom, mas há o perigo de que as críticas busquem apenas deslegitimar o Conselho a partir do seguinte argumento: se já temos uma democracia representativa, para que ampliar os espaços de



participação? Eu penso que a democracia representativa não abrange toda a capacidade de participação da sociedade e que, neste momento, é preciso alargar muito mais os canais de participação.

Outro aspecto que quero refletir com vocês diz respeito aos limites do governo Lula. Num primeiro momento, eu não acredito que iremos produzir transformações fantásticas. Acho importante dizer isso porque o grau de expectativas é muito grande e isso fragiliza as possibilidades de governo. Também precisamos ter cuidado para que a eleição de Lula não lance um olhar absolutamente centralizador sobre a política no País. O Brasil tem uma forte tradição autoritária. Desde a Constituição, a sociedade civil vem lutando pela descentralização do poder, pela importância das câmaras dos vereadores, das assembleias, do Congresso Nacional, dos governos estaduais e dos municípios. Seria um retrocesso pensar agora na Presidência da República como o lugar de onde emanam todas as possibilidades de mudança. Essa é uma questão fundamental para a democracia brasileira.

As mulheres – entre a valorização e a tradição

Para finalizar, eu queria colocar algumas contradições que dizem respeito às mulheres. Nas eleições 2002, as mulheres saíram fortalecidas como movimento organizado e como população. As questões sociais, as necessidades e as demandas das mulheres tiveram uma relevância sem precedentes. As mulheres como eleitoras também foram mais valorizadas do que nunca. A imprensa tentou explicar esse fenômeno quantitativamente, alegando que as mulheres representam hoje 51% do eleitorado. Mas eu acredito que a visibilidade das mulheres foi devida a mudanças qualitativas na participação política. Houve uma ruptura com a idéia de que o voto das mulheres é um voto dependente. Isso levou a olhar as mulheres eleitoras como sujeitos com capacidade de decisão. Porém, não houve apenas ganhos. Na campanha eleitoral houve um revigoramento da imagem da primeira dama nos moldes mais tradicionais que existem. Isso é bastante complicado do ponto de vista simbólico porque vincula o significado político das mulheres na esfera pública com a relação privada das mulheres como esposas de homens públicos.

Por outro lado, nessa eleição o movimento feminista apoiou publicamente um candidato à Presidência da República. Esse posicionamento nos confere um poder diferente na hora de negociar nossas proposições de políticas públicas, bem como nossa presença nas estruturas de poder. Entretanto, algumas questões devem ser colocadas: qual é o poder do movimento de mulheres no momento pós eleitoral? Passaremos a ocupar estruturas políticas de maior poder? Conseguiremos colocar os problemas sociais a partir de uma outra ótica, que garanta a cidadania das mulheres? Neste momento, nós que fazemos o movimento de mulheres precisamos ter clareza de que nos espera o desafio de crescer como organização, como pensamento crítico e no que diz respeito à capacidade de participação nos vários planos da democracia representativa e da democracia participativa.



*Maria Betânia Ávila é
socióloga, feminista e
coordenadora geral do SOS Corpo, Gênero e Cidadania*



VIVEMOS TEMPOS EXTRAORDINÁRIOS

Cristina Buarque

Eu organizei minha fala pensando no significado das eleições 2002 para a GERAÇÃO- 68. Para isso, é preciso lembrar minimamente o que foi essa geração, da qual eu própria faço parte. Antes de tudo, 68 foi o ponto de partida de um longo processo de resistência ao autoritarismo nos espaços públicos e privados e em favor da soberania Nacional. Como em uma catarse, forças muito novas surgiam dentro da própria esquerda e fora dela desejosas de uma nova prática política. Emergia o valor da diferença, da diversidade. O movimento verde e o movimento de mulheres estavam entre essas forças, trazendo como características o pacifismo rebelde contra a cultura e pela criatividade. Trata-se de uma grande reviravolta daquele momento que, no Brasil, se consolida hoje, com a eleição de Lula. Para a geração brasileira de 68, portanto, estamos vivendo numa conjuntura de vitória. É um prazer imenso ser vitória! A vitória é algo que traz novas energias, novas possibilidades. Ela não segue o curso normal. Na hora que você ganha, você fica diferente. O País todo está diferente para melhor. E a gente não pode brincar com isso: essa vitória precisa construir as bases de uma sociedade mais justa.

Possibilidades e desafios

A eleição de Lula significa muito no contexto internacional, talvez mais do que a gente consiga perceber hoje. Todas pensamos que a globalização é uma coisa inexorável. Entretanto, todas sabemos que o terrível da globalização é a hegemonia dos Estados Unidos nos campos político, econômico, cultural e bélico. A vitória do PT, de um partido que sempre questionou explicitamente essa hegemonia não poderia deixar de causar expectativas fora do País. Lula chega ao poder legitimado por uma amplíssima votação e propondo significativas mudanças nas prioridades políticas. A maioria das pessoas que nele votaram desejam isso e muitas das que nele não votaram também precisam disso. Ele desloca o eixo das questões de mercado para problemas de outra ordem, como a pobreza e a injustiça social, estabelecendo uma interlocução imediata com uma enorme parcela da população deste País e do mundo. Em outras palavras, Lula “se desalinhou”. Ele desalinhou o País frente à crença global de que a saída para a sobrevivência e o desenvolvimento dos povos estaria no mercado e de que o discurso economicista seria o único pertinente. Esse fato marca o nosso futuro e anuncia que a América Latina se arvora a uma nova ordem.

Muita gente se pergunta como o PT poderá, de fato, implementar seu programa de mudanças. A esse respeito, Guacira comentou que vai ser preciso negociar muito. É preciso negociar dentro e fora do País. Eu quero lembrar que, em 68, nós não tínhamos essa possibilidade de negociação. A única palavra de ordem era forçar: os Estados Unidos forçavam a nós dos países da América Latina a aceitar suas condições, apoiando uma série de golpes militares na região. Nós resistíamos como podíamos. A partir de um certo momento, os Estados Unidos acreditaram que as forças de mercado bastariam para garantir a sua hegemonia na América Latina. Abandonaram os golpes, mas logo recrudesceram guerras em outras partes do mundo. Essa é



uma evidência de que se a Segunda Guerra Mundial foi o pilar do seu desenvolvimento, a economia de guerra continua sendo a força motriz para a sua riqueza.

Aqui, no hemisfério sul estamos sofrendo barbaramente as conseqüências dos ajustes estruturais “negociados” em base aos interesses do mercado. Os últimos oito anos no Brasil, especificamente, foram de grande ambigüidade democrática: de um lado, o imenso comprometimento econômico, com empobrecimento e perda de soberania, e de outro, a ampliação e fortalecimento das forças emancipatórias que levaram à vitória de Lula. As nossas possibilidades de seguir adiante no nosso processo democrático, frente às questões externas, dependem, portanto, muitíssimo da qualidade das negociações entre o Governo e a Sociedade Civil. Qualidade essa que se adquire com a perspectiva de inclusão daqueles que sempre estiveram fora do jogo da governabilidade, e que será sempre mais sustentável quanto maior for a capacidade política de abrigar as diferenças e diminuir as desigualdades. Precisamos requalificar a negociação política interna. Nesse sentido, a presença ou a ausência de nós mulheres, as mulheres organizadas, as feministas nos espaços de governabilidade serão indicadores concretos dos rumos que tomam a sociedade. Isso significa que Lula precisará se abrir mais para negociar organicamente com as forças que identificam o patriarcado como supraestrutura cultural condicionante das desigualdades socio-econômicas entre homens e mulheres. É preciso negociar com o Movimento de Mulheres da mesma forma que se negocia com as forças sindicais. Isso nos leva a pensar num assunto de essencial importância na atual conjuntura: a participação.

Durante muitos anos, a participação da sociedade civil aconteceu num clima de autoritarismo político, muito embora já houvéssemos conquistado a democracia institucional. Por conta disso, com raríssimas exceções, participar sempre foi uma tarefa extra no curso das nossas atividades, principalmente para as mulheres. A situação mudou para o conjunto do País. Pela primeira vez, nós estamos desfrutando o sentimento de ascender ao poder e iremos ter uma condição de proximidade com o governo para transformar a sociedade. Agora, mais do que nunca, vai ser preciso incluir o sentido da política no nosso cotidiano, em todas nossas ações. Não é possível que a sociedade fique calada no governo Lula, tanto quanto é inconcebível vender o interesse público lá fora ou visualizar a contribuição política das feministas à democracia como um bem secundário. Para que a participação avance, precisamos aprender a estar no espaço da governabilidade.

Aprofundando a questão das mulheres e o feminismo na nova conjuntura

Existe hoje uma ordenação política muito diferente daquela há 20 anos atrás. O Movimento de Mulheres conseguiu estruturar-se em torno da questão feminista: **promover a igualdade entre homens e mulheres, re-significando as diferenças entre os sexos**, e, com maior ou menor intensidade, colocar na agenda da sociedade civil organizada – sindicatos, ONGs, partidos... -, assim como na do Estado as questões de gênero. O PT, por sua vez, avançou muito no Parlamento, conquistou o maior cargo executivo do País, governa alguns Estados e um número considerável de Prefeituras. O que essa nova estrutura de poder vai significar para nós



mulheres? Na equipe de transição, a proporção entre homens e mulheres foi razoável: dezenove homens, nove mulheres. A questão de um governo participativo, no entanto, vai além dos números e, neste momento, incide no próprio projeto do partido. Seja o projeto político do PT o socialismo, que também é um projeto nosso, ou a social democracia, ambos, nas suas origens, não incluíam as mulheres como sujeitos políticos nem como dirigentes de massa. Pensava-se em construir a igualdade e presenteá-la, depois, às mulheres. Apesar de todos os avanços, eu acho que essa idéia ainda não foi completamente dissolvida no PT. E esse, definitivamente, não é nosso projeto, inclusive porque sabemos que esta forma é típica das relações patriarcais-paternalistas, portanto, inibidora da consecução de um projeto de sociedade justa, cuja governabilidade depende do avanço e da resistência do conjunto das novas forças emancipatórias.

Eu penso que um dos nossos desafios vai ser definir melhor o espaço da ação política feminista no governo do PT. Em termos de identidade, o feminismo continua sendo a principal e talvez a única referência política construída a partir das mulheres. Nós somos uma força política importante, temos uma ação intelectual e prática de transformação da sociedade que vem dos tempos da Revolução Francesa e que, de forma incessante, busca a compreensão das outras correntes do pensamento humanista para a importância de desconstruir o patriarcado para romper com as desigualdades, com autoritarismo, com a violência... O Brasil, mais do que nunca, precisa disso. Por tudo isso, é lógico que não queremos o papel de coadjuvantes. Nós queremos ter mulheres no poder. Nós queremos o espaço que nos cabe para politicamente implementar o projeto feminista na construção desse País.

Nas eleições de 2002, as mulheres aumentaram bastante sua participação. Porém, a questão de gênero não foi discutida com a profundidade que merece. Existe sempre um apaziguamento dessa discussão, que vem da dinâmica eleitoral. Na urgência por ganhar as eleições, homens e mulheres achamos que nossas causas são comuns. Quem dá o diferencial são as candidatas. Elas podem dizer como isso não é bem assim. Os partidos, em todas as direções, reproduziram na seleção, no apoio às candidaturas as desigualdades existentes entre homens e mulheres nos demais campos da vida em sociedade. Nas próximas eleições, nós feministas precisamos definir melhor o espaço que queremos e criar estratégias para alcançá-lo, e para tanto precisamos começar agora. Assim, teremos que discutir não só a Secretaria da Mulher, mas, também os outros Ministérios. Esses são cargos não-eletivos, definidos pela composição partidária, mas também são consideradas indicações de Organizações da Sociedade Civil, sempre, porém, as daquelas hegemonicamente masculinas. As mulheres aparecem aí como exceções e as nossas organizações autônomas não recebem o tratamento dado às demais. Precisamos apoiar Lula para que isso se amenize desde o início do governo do PT.

A luta contra a pobreza sob o enfoque de gênero

No momento de transição política, estamos assistindo: de um lado, Fernando Henrique Cardoso dizendo a torto e a direito que ele é o homem que produziu a democracia no Brasil, completamente esquecido que recebeu uma Constituição Democrática e que cumpri-la não estava nada além do seu dever. Nessa maneira empoderada de ser, ele quase se atribuiu, a



façanha de ter produzido um presidente trabalhador. Lula, de outro lado, deu um chute a gol ao dizer que vai cuidar da pobreza, o que, por sua vez, esclarece que o seu antecessor, em oito anos de governo, não cumpriu com a tarefa que realmente lhe cabia: implementar a democracia social. Nesse contexto, gostaria de chamar a atenção para o ponto que nos toca de perto: cuidar da pobreza, desde muito tempo, é o lugar da filantropia. E o lugar da filantropia sempre foi o espaço público indicado às mulheres. No espaço privado a fórmula se repete e para ilustrar cito a conclusão de um grupo de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Assentamento da Reforma Agrária, em Campo Bonito, no oeste paranaense, sobre a economia doméstica: “em casa, os homens administram o dinheiro e as mulheres a miséria”. Agora, Lula politizou essa questão, e isso é muito bom. Porém, é preciso que seja esclarecido como e onde as mulheres entram nessa nova perspectiva. Nós precisamos avaliar nosso papel no combate à pobreza. A resistência e a capacidade de administrar a miséria cotidiana, que as mulheres têm demonstrado por este Brasil afora, sendo inclusive reconhecidas como esteio principal para a sobrevivência dos filhos, as colocam como protagonistas da tarefa de administrar os recursos provenientes das ações do Programa Fome Zero. Por nenhum motivo, elas podem vir a ser reduzidas a ajudantes nesse processo. Com essa mesma radicalidade, quero afirmar que nós feministas, movimentos de mulheres, mulheres organizadas sob as mais diversas formas, temos uma valiosa contribuição a dar nesse Programa a partir das nossas experiências de vinte anos de trabalho junto à pobreza urbana e rural, nas questões de cidadania, saúde, violência e geração de renda. Seria completamente equivocado pensar que se politizaria a questão passando a definição de seus caminhos para as mãos masculinas. Temos que preservar o papel de protagonistas das mulheres e valorizar a entrada dos homens nesse ambiente. Isto é justiça social. É parte fundamental do projeto feminista.

Para encerrar, eu penso que está em marcha um projeto de requalificação das classes empresariais, trabalhadoras e burocráticas, em prol da melhoria das condições de vida no Brasil. Lula está dizendo: o empresário tem e pode cumprir um papel importante na democratização do social, o Governo não se evadirá de suas obrigações, trabalhadores e trabalhadoras estão maduros para dar a sua cota de cidadania e a sociedade civil organizada tem importante papel a desempenhar nesse projeto. E com esse movimento, todo mundo quer ser do bem. E Lula conseguiu isso: uma hegemonia em torno das propostas sociais do PT. Essa vontade genralizada de participar construtivamente nos novos rumos do Brasil é, talvez, um dos significados mais relevantes desta eleição. Por isso, quero concluir minha fala com um pensamento bastante otimista. A gente vive tempos extraordinários, quando tudo se deve considerar para fazer o melhor pelo País como um todo.



Cristina Buarque é economista, cientista política e especialista em gênero e desenvolvimento. É pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco e, atualmente, exerce a função de Assessora de Gênero e Geração do Projeto Dom Helder Camara, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.



O DEBATE

O feminismo na encruzilhada das democracias

A eleição de 2002 em Pernambuco me deixou muito angustiada porque eu vi mulheres sendo oprimidas em nome de um partido, de uma ideologia. Quando chega a hora da eleição, só sobrevivem as que têm dinheiro para se bancar e, mesmo assim, sobem ao palanque depois dos homens. O movimento feminista precisa colocar mais mulheres no poder. Até porque somente as feministas irão implementar as transformações que queremos. Nestas eleições, inclusive, o movimento ficou sem uma definição clara de quem devia apoiar. A gente precisa ter uma identidade. Definir a mulher que a gente vai preparar para candidata e discutir com ela qual a transformação que o feminismo quer.

Íris de Fátima – AMHOR – Articulação do Movimento Homossexual do Recife

O Brasil atravessa um momento de mudança e esse é também tempo de repensar estratégias. Nós feministas estamos inquietas com o nosso lugar no mundo. Algumas análises estão questionando por que não construímos uma história voltada para o poder de Estado. Por um lado, é muito difícil para as mulheres romperem com o patriarcalismo das estruturas de partido, onde os homens detêm os cargos de maior poder. Por outro lado, a grande questão para o feminismo sempre foi avançar nas estruturas da democracia participativa e direta. Desde esse lugar, nós construímos importantes novidades políticas, fomos responsáveis pela politização da sociedade e ampliamos a dimensão da esfera pública. Talvez tenha chegado a hora de considerar nossa atitude e fazer frente à nossa falta de poder nos partidos políticos. Mas não podemos, por hipótese alguma, prescindir do fortalecimento da democracia participativa e da democracia direta.

Betânia Ávila, do SOS Corpo

Nós feministas privilegiamos a democracia direta, também porque somos bastante expulsas do espaço dos partidos. Muitas mulheres gostariam de entrar na política via partidos, sentem dificuldades, e nós não sabemos como trabalhar para que elas entrem e se sintam mais fortalecidas.

Cristina Buarque, FUNDAJ e PDHC

De certa forma, estamos hoje no poder porque nós estamos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, uma experiência que ainda está se constituindo politicamente. O feminismo tem privilegiado sempre a via da democracia participativa que eu, particularmente, acho muito apaixonante porque permite uma polifonia maior. Coincidência ou não, é nesse mesmo lugar onde a gente está se fazendo representar hoje. Uma primeira questão que eu tenho a fazer é em relação à Plataforma de Ação do movimento de mulheres: qual o lugar dessa Plataforma e como ela está sendo negociada no Conselho? E, quanto aos movimentos sociais, eu me pergunto em que medida nós nos empoderaremos nesse espaço?

Sílvia Dantas – Gestos

A posição da AMB é de que o Conselho não pode ter uma pauta difusa, que ele tem que se ligar diretamente à Presidência da República e que deve ser capaz de opinar sobre os temas duros da agenda política e não exclusivamente sobre política social. Até agora, o Conselho tem convidado as pessoas para participar enquanto pessoas, não como representantes de segmentos. O argumento que



tem sido usado para justificar essa opção é que, se for convidar por segmento, corre-se o risco de deixar algum de fora. Acredito que esse Conselho será melhor definido no futuro pelo governo eleito. Mas nós temos que lutar por uma maior institucionalização que garanta nosso espaço de feministas.

Guacira Cesar, Cfemea

Urgências feministas

Eu sinto que o movimento de mulheres até agora está esperando que Lula tome suas decisões de governo. Porém, nem os empresários nem os partidos estão esperando, eles já estão negociando. Quem já militou ou milita em um partido político sabe muito bem que é preciso lutar passo a passo para conquistar alguma coisa, no PT não é diferente. É por isso que não podemos ficar assim paradas esperando que Lula defina as coisas para depois tentar interferir. Está na hora de acionarmos os nossos mecanismos, nossas redes e começar a pressionar para poder negociar. Temos uma Plataforma de Ação do movimento de mulheres que foi entregue ao presidente eleito e que tem que ser cobrada agora, mesmo antes da posse. O PT foi o primeiro partido a definir a questão de cotas. E agora, o movimento vai ficar calado ou vai cobrar coerência da liderança partidária?

Ana Alice Costa, UNBA

Nós estamos vivendo um dilema: de que maneira e, sobretudo, de que lugar vai se falar com o novo governo? A gente vai querer reivindicar enquanto movimento social? Ou como pessoas que apoiaram a candidatura de Lula e que fazem parte do PT? Nós não tínhamos essas dúvidas com o governo FHC porque ele era o outro e a gente sabia como fazer pressão política. Mas, com a vitória de Lula, nossa identidade ficou mais confusa. Precisamos resolver esse dilema o quanto antes porque o tempo urge. Eu sou da opinião que a pressão das feministas deve ser feita dos dois lugares: pelo movimento e pelas mulheres filiadas ao PT que apoiaram a candidatura vencedora. As duas posições são distintas e têm possibilidades também distintas de pressão política.

Guacira Cesar, Cfemea

Existem duas formas de ocupar uma posição de Poder no Executivo: por eleição direta, para os cargos majoritários, e por indicação, para a burocracia do Estado. No mundo da política, as indicações, tradicionalmente, acontecem pelas vias mais malucas, quando não desonestas. Digo isso porque não tem sido a competência nem o compromisso com as questões fundamentais da população os critérios para as nomeações. Nesse novo arranjo de poder, há 25 mil cargos públicos a preencher e a gente ainda não se mobilizou o suficiente para ocupar os que nos interessam. Qual é o lugar do conjunto do movimento de mulheres nesse governo? Vamos brigar para ter representação num Conselho? Ou vamos almejar alguns cargos que são do interesse das mulheres, nas áreas da Saúde, da Justiça, da Agricultura, por exemplo?

Cristina Buarque, FUNDAJ e PDHC

Mulheres nas eleições 2002 – imagens e práticas

Como feminista militante do PT, tem sido muito duro ver a ascensão do lugar da primeira dama nestas eleições, bem como em outros processos eleitorais envolvendo meu partido. Dona Marisa, que nunca teve uma história de militância nem uma trajetória política no PT, alcança de repente um enorme destaque na mídia só porque é casada com o presidente. E isso em nada contribui



para o feminismo nem para o próprio projeto socialista, antes complica porque incide naqueles aspectos burgueses e ligados ao feminino tradicional. – as roupas da primeira dama, o cabeleireiro da primeira dama. Na renovação da Assembléia Legislativa, aqui em Pernambuco, das cinco novas deputadas eleitas, quatro têm relações de parentesco próximas com homens já estabelecidos na política. Então, eu acho que esses são dois exemplos muito claros de como nós, mulheres, continuamos chegando ao público pelas vias do privado.

Suely Oliveira, Prefeitura de Camaragibe e PT

Quando algumas pessoas insistem em desqualificar algumas candidaturas femininas e dizem que as mulheres são eleitas porque são parentes, eu quero dizer a vocês que os homens também. Antônio Carlos Magalhães, Miguel Arraes de Alencar e Sarney são exemplos disso. Muitos mais filhos e netos do que filhas desses senhores herdaram um lugar na política. A política tradicional no País é patriarcal e paternalista. Os homens fazem de seus filhos seus sucessores políticos, e se não tiverem filhos homens, inserem as mulheres. O que é interessante é perceber como os partidos de esquerda, que tentam praticar uma política não tradicional, também não elegem mulheres. Ou seja, partidos não usam do nepotismo na política, porém, não tem uma política eficiente para eleger as mulheres.

Cristina Buarque, FUNDAJ e PDHC

Durante toda essa campanha, a pergunta que mais escutei dos jornalistas foi: “Por que as mulheres não votam em Lula?” De um lado, acho que o PT falhou na forma como abordou o tema das mulheres, apelando à emoção, à maternidade e reforçando o papel tradicional da mulher. Segundo as pesquisas, as mulheres que mais resistiam a Lula eram donas de casa, desempregadas, mães de dois filhos. Seu principal contato com os candidatos ficava restrito à televisão. O PT não conseguiu se comunicar com essas mulheres que, provavelmente, tinham uma intenção de mudar de lugar. Por outro lado, não podemos esquecer o conservadorismo da política partidária que é sexista, discriminatória e joga as mulheres no espaço de alienação. O voto conservador é também um reflexo da alienação desse segmento.

Guacira Cesar, do Cfemea

Nessas eleições, as mulheres não se viram refletidas minimamente numa estrutura de poder que apresentasse mudanças. Houve uma forte identificação da população com Lula mas foi a partir da condição de classe. A imagem das mulheres, entretanto, ficou presa a esse lugar de coadjuvante que impulsiona a candidatura masculina desde o lugar de primeira dama ou de vice-presidente. Quero reafirmar minha profunda crítica ao uso e à re-fundação da instituição da primeira dama, inclusive como uma forma de qualificar o personagem do Presidente da República, mostrando à sociedade a normalidade institucional do casal. Quero lembrar, também, o episódio de Patrícia Pilar com Ciro Gomes e dizer que nós, mulheres, deveríamos tomar uma tremenda lição: quando nós não somos sujeitos, eles nos botam no lugar que querem. Então, a única forma de garantir o espaço, a autonomia e a fala das mulheres é construindo nosso próprio caminho.

Betânia Ávila, do SOS Corpo

“A renovação da teoria democrática assenta, antes de mais nada, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao ato de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa. Para que tal



articulação seja possível é, contudo, necessário que o campo do político seja radicalmente redefinido e ampliado. A teoria política liberal transformou o político numa dimensão setorial e especializada da prática social – o espaço da cidadania – e confinou-o ao Estado. Do mesmo passo, todas as outras dimensões da prática social foram despolitizadas e, com isso, mantidas imunes ao exercício da cidadania. O autoritarismo e mesmo o despotismo das relações sociais “não-políticas” (econômicas, sociais, familiares, profissionais, culturais, religiosas) pode assim conviver sem contradição com a democratização das relações sociais “políticas” e sem qualquer perda de legitimação para estas últimas. A nova teoria democrática deverá proceder à repolitização global da prática social e o campo político imenso, que daí resultará, permitirá desocultar formas novas de opressão e de dominação, ao mesmo tempo que criará novas oportunidades para o exercício de novas formas de democracia e de cidadania. Esse novo campo político não é, contudo, um campo amorfo. Politizar significa identificar relações de poder e imaginar formas práticas de as transformar em relações de autoridade partilhada.”

Boaventura de Souza Santos

Pela mão de Alice – O social e o político
3 ed. Cortez Editora

na pós-modernidade.
São Paulo, 1997

